

Fortaleza, 11 de setembro de 2020.

PLAUTO CARNEIRO PORTO

Presidente do Tribunal

DESPACHO PROAD N.º4170/2020

PROAD 4170/2020

Trata-se de PROAD instaurado para preenchimento por remoção, considerado o critério de antiguidade, da titularidade da 3ª VT da Região do Cariri, bem como das demais varas que porventura remanesçam vagas, em decorrência da promoção do Juiz Titular do Trabalho Clóvis Valença Alves Filho ao cargo de Desembargador deste 7º Regional.

Publicado edital no DEJT (N.º4/2020), manifestou tempestivamente interesse em concorrer ao preenchimento da vaga o Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho da Região do Cariri, Dr. Eliude dos Santos Oliveira.

Escoado o prazo de inscrição, foi o PROAD então encaminhado à Corregedoria-Regional, que atestou não reter referido magistrado consigo autos além do prazo legal, estando, conseqüentemente, em dia com os respectivos serviços judiciários, atendendo, portanto, ao estatuído pelo art.58 do Regimento Interno desta Corte.

Nesta ordem de ideias, e sendo o único magistrado que manifestou interesse em referida movimentação, declara-se **DEFERIDA** a remoção do Juiz Titular da 2ª VT da Região do Cariri, o Dr. Eliude dos Santos Oliveira, para a titularidade da 3ª VT da Região do Cariri, ficando, conseqüentemente, vaga a titularidade da 2ª VT da Região do Cariri, a qual deverá ser preenchida por promoção de Juiz do Trabalho Substituto deste E. Regional.

Dada a única inscrição, desnecessária se torna também a observância do que preconizam os arts.5º, 6º e 7º do Edital N.º04/2020, que regula o presente procedimento. Expeça-se, pois, o respectivo ato de remoção do magistrado Eliude dos Santos Oliveira para a titularidade da 3ª VT da Região do Cariri, devendo o mesmo, ato contínuo, indicar os nomes dos servidores que deseja ver movimentados, observadas as regras e condições da Resolução Normativa TRT7 N.º04/2020.

Publique-se no DEJT.

Fortaleza, 15 de setembro de 2020.

REGINA GLÁUCIA CAVALCANTE NOPOMUCENO

Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal

DESPACHO PROAD 4462/2020

DESPACHO PROAD 4462/2020

O Presidente do Tribunal, observada a regular instrução do feito, DEFERE o pedido da Juíza do Trabalho GLÁUCIA MARIA GADELHA MONTEIRO de conversão dos primeiros 10 (dez) dias do segundo período de férias do exercício de 2020 (referente aos dias 19/10 a 28/10/2020), em abono pecuniário, com base no art. 17, § 4º, I, da Resolução CSJT nº 253/2019, e na decisão proferida, em 28/08/2020, pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça em sede de RGD nº 0009882-49.2019.2.00.0000, e em consonância com a decisão desta Presidência, proferida no Proad 4356/2020. Em não havendo disponibilidade orçamentária para pagamento, proceda-se à reserva do período até a liberação do recurso orçamentário a ser autorizado pelo CSJT.

Fortaleza, 14 de setembro de 2020.

PLAUTO CARNEIRO PORTO

Presidente do Tribunal

DESPACHO PROAD 4457/2020

DESPACHO PROAD 4457/2020

O Presidente do Tribunal, observada a regular instrução do feito, DEFERE o pedido do Juiz do Trabalho ANDRÉ ESTEVES DE CARVALHO, de conversão dos primeiros 10 (dez) dias do segundo período de férias do exercício de 2020 (referente aos dias 13/10 a 22/10/2020), em abono pecuniário, com base no art. 17, § 4º, I, da Resolução CSJT nº 253/2019, e na decisão proferida, em 28/08/2020, pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça em sede de RGD nº 0009882-49.2019.2.00.0000, e em consonância com a decisão desta Presidência, proferida no Proad 4356/2020. Em não havendo disponibilidade orçamentária para pagamento, proceda-se à reserva do período até a liberação do recurso orçamentário a ser autorizado pelo CSJT.

Fortaleza, 14 de setembro de 2020.

PLAUTO CARNEIRO PORTO

Presidente do Tribunal

Edital

Edital

EDITAL DA PRESIDÊNCIA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PERITOS, TRADUTORES E INTÉRPRETES Nº 1/2020

Cadastramento de profissionais para prestação de serviços de perícia ou exame técnico, tradução e interpretação nos processos judiciais no âmbito da Justiça do Trabalho.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, Desembargador Plauto Carneiro Porto, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao § 2º do art. 156 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, Código de Processo Civil – CPC; a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 233, de 13 de julho de 2016; e a Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho nº 247, de 25 de outubro de 2019.

CONSIDERANDO que o § 1º do art. 156 do CPC prevê que “os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado”;

CONSIDERANDO que o art. 1º da Resolução do CNJ nº 233/2016 determina que “os tribunais brasileiros instituirão Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos (CPTEC), destinado ao gerenciamento e à escolha de interessados em prestar serviços de perícia ou de exame técnico nos processos judiciais, nos termos do art. 156, § 1º, do Código de Processo Civil”;

CONSIDERANDO que o art. 3º da Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho nº 247, de 25 de outubro de 2019, dispõe que “cada Tribunal Regional do Trabalho publicará edital, fixando os requisitos a serem cumpridos e os documentos a serem apresentados pelos interessados nos termos desta Resolução e demais regulamentações vigentes, observando-se o modelo constante do Anexo II”;

RESOLVE:

Ficam abertas as inscrições para o cadastro de profissionais para atuarem nos processos que tramitam na Justiça do Trabalho da 7ª Região, conforme os termos e as condições estabelecidas na Resolução CSJT nº 247, de 25 de outubro de 2019, e neste Edital:

1. CADASTRAMENTO

O cadastramento destina-se a habilitar peritos, tradutores e intérpretes para prestar serviço de perícia ou de exame técnico, tradução e

interpretação, nos processos judiciais, inclusive aqueles que envolvem justiça gratuita, de competência do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

1.1. PARTICIPAÇÃO

1.1.1. Poderão participar do presente credenciamento as pessoas físicas especializadas e legalmente habilitadas a atuarem no ramo de atividade compatível com o objeto deste instrumento.

1.1.2. As inscrições deverão ser realizadas no Sistema AJ/JT, a partir de 21 de setembro de 2020.

1.2. REQUISITOS PARA O CADASTRAMENTO

São requisitos para o cadastramento:

a) a inscrição no Sistema AJ/JT, mediante o fornecimento de todas as informações obrigatórias, e a anuência ao termo de compromisso relativo às exigências e às obrigações impostas na Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho nº 247, de 25 de outubro de 2019, e nos demais atos normativos referentes à matéria; e

b) a entrega, por meio da utilização do Sistema AJ/JT, de cópia digitalizada dos documentos relacionados no item 1.3 deste Edital.

1.3. DOCUMENTOS

1.3.1. Para o cadastramento será obrigatória a apresentação dos seguintes documentos:

a) documento de identidade oficial (frente e verso) com foto;

b) comprovante de endereço em nome do profissional, emitido há, no máximo, 3 (três) meses da data da inscrição, ou declaração de domicílio do interessado;

c) comprovante da existência de conta corrente individual, para crédito dos honorários;

d) Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) diploma do curso superior devidamente registrado, ou, na impossibilidade deste, certificado de conclusão de curso atualizado (frente e verso), para as profissões que o exijam e para a profissão de grafotécnico;

f) diploma do curso de nível médio técnico devidamente registrado, ou, na impossibilidade deste, certificado de conclusão de curso atualizado (frente e verso), para as profissões que o exijam, desde que comprovada autorização do Conselho/Órgão de Classe para que o profissional de nível médio técnico firme laudo pericial (o documento deverá ser acompanhado da autorização para assinatura do laudo);

g) diploma de conclusão de curso de pós-graduação lato ou stricto sensu, caso seja necessário para o exercício de especialidade;

h) certificado de especialização na área de atuação ou certidão do órgão profissional, se for o caso;

i) carteira do Conselho/Órgão de Classe respectivo (frente e verso), em caso de filiação obrigatória para o exercício da profissão que exija curso superior;

j) carteira do Conselho/Órgão de Classe respectivo (frente e verso), em caso de filiação obrigatória para o exercício da profissão que exija curso de nível médio técnico;

k) carteira da Junta Comercial (frente e verso), para a profissão de tradutor ou intérprete;

l) comprovante de inscrição municipal no Cadastro de Contribuintes de Tributos Mobiliários, do local do estabelecimento ou do domicílio declarado pelo prestador de serviço;

m) certidão de regularidade com o Órgão de Classe, quando se tratar de interessado vinculado a entidade profissional;

n) comprovante de pagamento, ao município, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se for o caso.

1.3.2. Sem prejuízo das demais providências previstas neste Edital, ao se cadastrar, o profissional deverá:

a) declarar, ao concordar com o Termo de Adesão constante do Sistema AJ/JT, estar ciente de que não incide nas hipóteses legais de impedimento ou de suspeição previstas no Capítulo II do Título IV do Livro III da Parte Geral do CPC;

b) declarar, ao concordar com o Termo de Adesão constante do Sistema AJ/JT, estar ciente de que é vedada ao cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, de magistrado ou servidor do juízo da causa, a atuação como perito, tradutor ou intérprete;

c) declarar, ao concordar com o Termo de Adesão constante do Sistema AJ/JT, que não é detentor de cargo, emprego ou função pública, nas hipóteses exigidas pela Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho nº 247, de 25 de outubro de 2019;

d) declarar a prestação ou não de serviços na condição de Assistente Técnico nos últimos 3 (três) anos, se comprometendo a, antes de aceitar quaisquer nomeações, verificar se houve atuação em favor de uma das partes do processo e, em caso positivo, recusar o encargo e apresentar justificativa, informando ao magistrado nomeante sua especialidade, a unidade jurisdicional em que tenha atuado, o número do processo, o período de trabalho e o nome do contratante;

e) preencher o formulário referente à contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, se for o caso.

1.4. VALIDAÇÃO DO CADASTRO

1.4.1. O cadastramento e a validação de profissionais estão condicionados ao atendimento deste Edital e ao preenchimento correto do cadastro no Sistema AJ/JT.

1.4.2. A Secretaria Judiciária será responsável pela conferência e validação das informações e dos documentos relativos aos dados cadastrais e profissionais.

1.4.3. A Divisão de Orçamento e Finanças (DOF), unidade competente para efetuar a retenção tributária neste Tribunal, será responsável pela conferência e pela validação das informações e dos documentos relacionados à contribuição para o Regime Geral da Previdência Social e ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN.

1.4.4. A aprovação ou não do cadastro será informada ao interessado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da documentação completa, por meio do endereço eletrônico por ele fornecido.

1.4.5. Aprovado o cadastro, o profissional estará habilitado a atuar nos municípios escolhidos.

1.4.6. A documentação apresentada e as informações registradas no Sistema AJ/JT, para fins de cadastramento, são de inteira responsabilidade do profissional, que são garantidores de sua autenticidade e veracidade, sob as penas da lei.

2. ACESSO AO SISTEMA

O acesso externo ao Sistema AJ/JT, pelo qual serão feitas as inscrições dos candidatos, se dará por meio da rede mundial de computadores, através do link <https://portal.siget.jt.jus.br/portal-externo>.

3. MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO

3.1. Ao efetuar o cadastramento, o profissional deverá informar o(s) município(s) do Estado do Ceará em que pretende atuar, não havendo impedimento para que atue em mais de um, desde que respeitados os termos deste Edital e da Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho nº 247, de 25 de outubro de 2019.

3.2. Oportunamente os profissionais poderão informar municípios de outras unidades da federação em que pretendam atuar à medida que foram sendo divulgados os respectivos Editais de credenciamento.

4. DEVERES DOS PROFISSIONAIS

4.1. São deveres dos profissionais credenciados:

I – atuar com diligência;

II – cumprir os deveres previstos em lei;

III – observar o sigilo devido nos processos em segredo de justiça;

IV – observar, rigorosamente, a data e os horários designados para a realização das perícias e dos atos técnicos ou científicos;

V – apresentar os laudos periciais e/ou complementares no prazo legal ou em outro fixado pelo magistrado;

VI – manter seus dados cadastrais e informações correlatas atualizados;

VII – providenciar a imediata devolução dos autos judiciais quando determinado pelo magistrado;

VIII – cumprir as determinações do magistrado quanto ao trabalho a ser desenvolvido; e

IX – nas perícias:

a) responder fielmente aos quesitos, bem como prestar esclarecimentos complementares que se fizerem necessários;

b) identificar-se ao periciando ou à pessoa que acompanhará a perícia, informando os procedimentos técnicos que serão adotados na atividade pericial;

c) devolver ao periciando ou à pessoa que acompanhará a perícia toda a documentação utilizada.

4.2. Os profissionais habilitados nos termos deste Edital deverão dar cumprimento aos encargos que lhes forem atribuídos, salvo justo motivo previsto em lei ou no caso de força maior, justificado pelos profissionais, a critério do magistrado, sob pena de sanção, nos termos da lei e dos regulamentos próprios.

5. NOMEAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

5.1. Caberá ao magistrado, nos feitos de sua competência, escolher, por meio do Sistema AJ/JT, profissional regularmente cadastrado e habilitado, promovendo sua regular nomeação.

5.2. A nomeação a que se refere o item 5.1 será realizada, equitativamente, de forma direta ou mediante sorteio, observada a necessidade do juízo, a impessoalidade, a capacidade técnica do profissional e a sua participação em trabalhos anteriores.

6. VEDAÇÕES

6.1. É vedado o exercício do encargo de perito, tradutor ou intérprete ao profissional:

a) que incida nas hipóteses legais de impedimento ou de suspeição previstas no Capítulo II do Título IV do Livro III da Parte Geral do CPC;

b) que tenha servido como assistente técnico de qualquer das partes, nos 3 (três) anos anteriores;

c) que seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de advogado ou magistrado, com atuação no processo ou de servidor do juízo em que tramita a causa, devendo declarar, se for o caso, o seu impedimento ou a sua suspeição;

d) que seja detentor de cargo público no âmbito do Poder Judiciário, exceto nas hipóteses do inciso I do § 3º do art. 95 do CPC.

6.2. É vedado o exercício do encargo de tradutor ou intérprete ao profissional:

a) que não tiver a livre administração de seus bens;

b) que for arrolado como testemunha ou atuar como perito no processo no qual tenha sido nomeado;

c) que estiver inabilitado para o exercício da profissão por sentença penal condenatória, enquanto durarem seus efeitos.

7. SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E INATIVAÇÃO DO CADASTRO

7.1. O profissional credenciado poderá ser suspenso ou excluído do cadastro, por até 5 (cinco) anos, por este Tribunal, nas hipóteses abaixo:

a) a pedido;

b) por representação do magistrado no caso de descumprimento de dispositivos da Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho nº 247, de 25 de outubro de 2019, de atos normativos do CSJT e deste Tribunal, deste Edital de Credenciamento ou por outro motivo relevante;

c) quando, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas, agir com negligência ou desídia;

d) por meio de comunicação de suspensão ou de exclusão pelo órgão de classe ao CSJT ou a este Tribunal.

7.1.1. A suspensão ou a exclusão a que se refere o item 7.1 não desonera o profissional de seus deveres nos processos ou procedimentos para os quais tenha sido nomeado, salvo determinação expressa do juiz da causa.

7.1.2. Nas hipóteses das alíneas “b”, “c” e “d” do item 7.1 será observado o contraditório e a ampla defesa.

7.2. O profissional poderá optar por suspender temporariamente seu credenciamento, evitando futuras designações.

7.2.1. A opção mencionada no item 7.2 não desonera o profissional de seus deveres nos processos ou procedimentos para os quais tenha sido nomeado, salvo determinação expressa do juiz da causa.

8. ARBITRAMENTO E PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS

8.1. Nas perícias, traduções e interpretações custeadas pelas partes, os honorários serão arbitrados e pagos nos termos da legislação vigente, desde que o profissional esteja regularmente credenciado no Sistema AJ/JT.

8.2. Em casos de gratuidade da justiça, os honorários serão arbitrados de acordo com as regras e tabelas constantes da Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho nº 247, de 25 de outubro de 2019.

8.2.1. O pagamento efetuar-se-á mediante determinação do Presidente do Tribunal, após requisição expedida pelo juiz do feito, observando-se, rigorosamente, a ordem cronológica de apresentação no Sistema AJ/JT, apurada a partir da data em que o magistrado competente lançar sua assinatura eletrônica.

8.2.2. A quantia devida, após a retenção e recolhimento dos tributos, será depositada em conta indicada pelo perito, tradutor ou intérprete ou, em caso excepcional e pontual, mediante depósito judicial vinculado ao processo no qual ocorreu a prestação de serviços.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

9.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital de Credenciamento.

9.1.1. A impugnação, devidamente fundamentada, deverá ser dirigida à Presidência deste Tribunal e apresentada via e-mail presidencia@trt7.jus.br, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação deste Edital.

9.1.2. Recebida a impugnação, a Presidência deste Tribunal proferirá decisão no prazo de 5 (cinco) dias, cujo teor será publicado e informado ao requerente.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O Tribunal poderá promover diligências destinadas a esclarecer/validar as informações prestadas pelos profissionais.

10.2. O cadastramento pelo profissional implica conhecimento e aceitação das exigências previstas em lei, na Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho nº 247, de 25 de outubro de 2019, nas demais normas expedidas sobre o assunto no âmbito da Justiça do Trabalho e no presente Edital.

10.2.1 Ficam suspensos o cadastramento e o pagamento de honorários periciais aos órgãos técnicos ou científicos, na forma do art. 156, § 1º, do Código de Processo Civil, até o estabelecimento de critérios correspondentes e desenvolvimento de funcionalidade compatível com os Sistemas PJe e AJ/JT (art. 37 da Resolução CSJT nº 247/2019).

10.3. A permanência do profissional no Cadastro Eletrônico de Peritos, Tradutores e Intérpretes fica condicionada à ausência de impedimentos ou restrições ao exercício profissional.

10.4. O cadastramento e a respectiva validação são requisitos obrigatórios para o profissional ser remunerado pelos serviços prestados.

10.5. O cadastramento do profissional no Sistema AJ/JT não assegura direito subjetivo à nomeação para efetiva atuação.

10.6. O cadastramento neste Tribunal ou a efetiva atuação do profissional não gera vínculo empregatício ou estatutário, nem obrigação de natureza previdenciária (benefício).

10.7. As comunicações judiciais e administrativas serão realizadas, preferencialmente, por meio eletrônico, devendo, também por este motivo, ser mantidos atualizados os dados cadastrais.

10.8. Os casos não disciplinados neste Edital serão examinados e decididos pela Presidência deste Tribunal.

10.9. São disponibilizados os e-mails para apresentação de eventuais dúvidas dos usuários quando do cadastramento: a) quanto aos dados pessoais e profissionais - cadastro.pericia@trt7.jus.br e b) dados tributários de INSS e ISS - financeiro@trt7.jus.br.

10.10. O presente Edital será publicado no DOU - Diário Oficial da União, no DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, em jornal de grande circulação e será disponibilizado no sítio eletrônico deste Tribunal.

Fortaleza-CE, 15 de setembro de 2020.

Assinado eletronicamente

Des. REGINA GLÁUCIA CAVALCANTE NEPOMUCENO

VICE-PRESIDENTE DO TRT DA 7ª REGIÃO NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

Portaria

Portaria

PORTARIA TRT7.GP N.º 129, DE 09 SETEMBRO DE 2020

PORTARIA TRT7.GP N.º 129, DE 09 SETEMBRO DE 2020

Designa as unidades responsáveis pelo cadastro de usuários externos para acesso ao Sistema Processo Administrativo Virtual (PROAD), conforme disposto no Ato TRT7.GP n.º 74/2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o Ato TRT7.GP n.º 74, de 1º de julho de 2020, que disciplina o acesso ao Sistema Processo Administrativo Virtual (PROAD), via Portal PROAD, por pessoas físicas e jurídicas não pertencentes ao quadro funcional do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7), para visualização e assinatura de documentos;

CONSIDERANDO que os cadastros de usuários externos serão realizados por áreas autorizadas pela Presidência em expediente próprio, quando necessária a disponibilização de documentos para leitura e/ou assinatura, conforme disposto no §2º do art. 3º da referida norma;

CONSIDERANDO a deliberação constante da alínea "b" do item 3 da Ata de Reunião n.º 06/2020 do Comitê Gestor Regional do Processo Administrativo Eletrônico (PROAD),

RESOLVE:

Art. 1º O cadastro de usuários externos para visualização e assinatura de documentos no Sistema Processo Administrativo Virtual (PROAD) será realizado pelas seguintes unidades administrativas deste Regional:

I – Gabinete da Presidência;

II – Gabinete da Diretoria-Geral;

III – Gabinete da Secretaria Administrativa;

IV – Gabinete da Secretaria de Gestão de Pessoas;

V – Divisão de Informações Funcionais;

VI – Divisão de Licitações e Contratos;

VII – Divisão de Material e Logística;

VIII – Divisão de Pagamento de Pessoal.

Parágrafo único. As unidades designadas deverão observar as disposições contidas no Ato TRT7.GP n.º 74/2020 para conceder aos usuários externos o acesso ao Portal PROAD.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PLAUTO CARNEIRO PORTO

Presidente do Tribunal

PORTARIA DA PRESIDÊNCIA (Republicação)

PORTARIA Nº 130, de 10 de setembro de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do PROAD Nº 6986/2019,

RESOLVE declarar a lotação do Juiz do Trabalho, JAIME LUIS BEZERRA ARAÚJO, na Vara do Trabalho de Iguatu-CE, onde está exercendo a titularidade da referida Vara, desde 18 de março de 2020, em virtude de sua promoção ao cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho, conforme Ato da Presidência nº37, de 17 de março de 2020, divulgado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 17.03.2020.

PLAUTO CARNEIRO PORTO

Presidente do Tribunal

DIRETORIA-GERAL

Despacho

Despacho

DECISÃO TRT DG Nº. 376/2020

PROAD Nº 4446/2020

INTERESSADA – LISIANE BANDEIRA DE MELO LOPES

DECISÃO TRT DG Nº. 376/2020

Considerando a delegação de competência atribuída por meio do Ato TRT nº07/2019 e, ainda, os documentos e as informações constantes dos autos, DEFIRO a inclusão de YASMIN ANGELINA LOPES MAPURUNGA MARQUES como dependente de LISIANE BANDEIRA DE MELO LOPES para fins de concessão do benefício do Programa de Assistência Médico-Hospitalar, com fulcro no artigo 2º, II, alínea "a", do Ato TRT nº 125/2019, enquanto a referida dependente preencher a exigência contida na legislação aplicável.

Fortaleza (CE), 15 de setembro de 2020

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA

Diretora Geral